



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-08-2023.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dez horas e nove minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Psicóloga Tanise Sabino. Também participou do encontro o vereador Gilson Padeiro. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada sua leitura. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 (Processo nº 0180/23); ao vereador Aldacir Oliboni, o Requerimento nº 061/23 (Processo nº 0246/23); e, ao vereador José Freitas, o Projeto de Lei do Executivo nº 012/23 (Processo nº 0457/23). Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Os impactos da falta de manutenção nos arroios de Porto Alegre”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Lucas Homem Nardes, gerente de logística do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, coronel e diretor da defesa civil da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Pablo Salinas, diretor de educação ambiental do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU); Dilton Martins, coordenador de atendimento da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSURB); Alex Lamas, chefe da equipe de vigilância da qualidade da água da Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Luís Felipe Dorneles, diretor de licenciamento e monitoramento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS); Andreza Saballa, procuradora da Procuradoria Geral do Município (PGM); Marcelo Fernandes, auditor fiscal e coordenador da Câmara de Mediação Tributária da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF); Joaquim João Ramos, conselheiro do Conselho Comunitários do Jardim Sabará; Lauro Leopoldo da Costa Silveira, consultor empresarial e prefeito da praça David Ben Gurion do bairro Jardim Sabará; Laone Simonetti e Oliveira, representante do conselheiro de saúde da praça Holanda do Jardim Coinma e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, comentou sobre a falta de manutenção adequada nos arroios da cidade e alertou para os danos à vida da população

ribeirinha por ocasião de enchentes e transbordamentos dos leitões. Por fim, ressaltou a utilidade da barreira ecológica da Capital, mas ponderou que apenas esse instrumento não é suficiente para conter os danos ambientais provocados pelas chuvas e descartes irregulares, sendo necessárias ações regulares de desassoreamento a fim de evitar doenças, acúmulo de lixo e demais transtornos aos habitantes desses locais. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. A vereadora Cláudia Araújo também destacou o recebimento frequente em seu gabinete de pedidos de ajuda para limpeza dos arroios e exibiu foto da situação atual de lixo acumulado no riacho Passo das Pedras, criticando a prática de descarte irregular, bem como os danos provocados à população e ao meio ambiente do entorno. Por fim, indagou a forma como a Cosmam poderia colaborar na solução do problema e questionou os representantes da Administração Municipal quanto à efetiva utilização de verba de dois milhões de reais destinada através de emenda parlamentar no ano de dois mil e dezoito para manutenção e obras de contenção do arroio Mangueira no bairro Jardim Sabará. O vereador Aldacir Oliboni também alertou para os riscos às diversas comunidades em vulnerabilidade social que habitam nas margens dos arroios, alertando para a necessidade de ações urgentes de desassoreamento e construção de galerias para a contenção dos grandes volumes de água que descem dos morros em ocasiões de chuvas fortes; colocou-se como parceiro para a elaboração de peça orçamentária destinada aos novos investimentos na área de defesa ambiental e defendeu a implantação das obras de contrapartidas nos próprios bairros pelas empresas construtoras de obras imobiliárias. O vereador Gilson Padeiro comentou sobre projeto de lei de sua autoria que flexibiliza questões burocráticas para liberação de laudo ambiental nas ações de desassoreamentos e acrescentou que a aprovação dessa medida tem o intuito de agilizar a limpeza do sistema de arroios da Capital. Por fim, indagou aos representantes do Executivo quanto à execução das obras de micro e macrodrenagem do túnel verde da cidade através da verba de quarenta e cinco milhões de reais aprovada no Legislativo. O senhor Lucas Homem Nardes enfatizou o montante de vinte e nove milhões de reais investidos pela atual gestão em desassoreamentos e comentou sobre os contratos firmados para atender o sistema de arroios das zonas norte e sul da Capital, além da manutenção do Arroio Dilúvio. Após, ressaltou que foram detectados e estão sendo resolvidos erros burocráticos em razão da substituição da gestão do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) pelo DMAE, destacando ter havido falta de previsão de dragagem em alguns trechos que agora estão sendo aditados em contrato. Por fim, comentou sobre os critérios para a escolha dos trechos e definição de prioridades levando-se em conta a recorrência de alagamentos, demanda de órgãos externos e a facilidade de limpeza desses locais. O senhor Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior alertou para a necessidade de cuidados com o curso de água dos arroios, principalmente nas áreas de risco, através das ações de desassoreamentos e adequação às enchentes, às quais podem causar danos às moradias e trazer risco de mortes acidentais no local. Por fim, manifestou a expectativa de que a reformulação da estrutura da pasta da defesa civil municipal, através da aprovação de dois projetos de lei no Legislativo, irá possibilitar a contratação de mais trinta profissionais para atuar na implementação de ações efetivas de prevenção nas diversas comunidades atingidas pelas enchentes. O senhor Dilton Martins comentou que a função da SMSURB é auxiliar o DMAE na questão das barreiras vegetais que protegem o solo e dão estabilidade aos arroios contra o processo de

desmatamento. Destacou, ainda, que a infiltração das raízes acaba atravessando as construções do entorno trazendo risco à população, pelo rompimento dos taludes em função do desenvolvimento das árvores presentes no leito dos riachos. O senhor Luís Felipe Dorneles informou que a SMAMUS efetua o monitoramento e licenciamento vegetal da fauna de Porto Alegre, acrescentando que essa secretaria atua no suporte técnico ao DMAE e à outras secretarias através do monitoramento e concessão de licenciamento ambiental. O senhor Marcelo Fernandes comunicou a disponibilidade de onze milhões de reais em recursos da Prefeitura que foram empenhados para a execução de serviços pluviais do Município e acrescentou que para a obtenção de financiamentos de maior porte de fundos municipais e necessário o aval da União, em especial, para a garantia da efetivação dessa modalidade de operação de crédito. Em prosseguimento, o senhor Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para as suas manifestações. O senhor Joaquim João Ramos comentou sobre a grave situação em que se encontra o arroio Mangueira na extensão do bairro Jardim Sabará em razão da falta de limpeza do seu leito; risco de desabamento dos muros de arrimo em diversos pontos do riacho; ocorrência de queda de automóveis e de pedestres em seu leito; descarte de sofás e diversos tipos de objetos domésticos; esgoto a céu aberto e, até mesmo, descarte de corpos humanos naquele local. Criticou, ainda, os alagamentos recorrentes; sensação de insegurança pela falta de iluminação pública adequada e ausência do manejo de podas regulares naquela localidade. Por fim, rebateu informações do representante da Prefeitura quanto à ocorrência de remoção de árvores e manutenção do arroio Mangueira no trecho do bairro Jardim Sabará e solicitou, ainda, auxílio da Cosmam para atuar junto ao Executivo para garantir a implementação de ações urgentes de manutenção e realização de obras no local pelos motivos descritos em seu pronunciamento. E, o senhor Lauro Leopoldo da Costa Silveira enalteceu a união dos moradores em defesa das ações de saúde e meio ambiente no bairro Jardim Sabará; comentou sobre os riscos da proliferação descontrolada do escorpião amarelo e do mosquito da dengue pela ausência de manutenção periódica do arroio; criticou a exígua estrutura operacional da área da defesa civil municipal que atualmente conta com apenas onze profissionais; defendeu a adoção de ações imediatas de prevenção ambiental e alertou que, no futuro, o clima irá cobrar a omissão de cuidados de preservação do arroio Mangueira ao longo das últimas décadas. Destaca-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Lourdes Sprenger. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar visita da comitiva de vereadores da Cosmam no bairro Jardim Sabará para apurar a atual situação do arroio Mangueira e garantir o desassoreamento e outras demandas do local junto à Administração Municipal; 2) enviar Pedido de Informações ao Executivo sobre as ações de limpeza já efetuadas e aquelas ainda pendentes no arroio Mangueira; 3) encaminhar Pedido de Informações ao Executivo quanto à utilização da emenda parlamentar aprovada no orçamento do ano de dois mil e dezoito destinada às manutenções, obras de contenção e limpeza ao longo do curso do arroio Mangueira; e, 4) enviar Pedido de Informações à PGM sobre o montante arrecadado com as ações judiciais da esfera ambiental; tomar ciência sobre a maneira que vem sendo realizada a concessão de licenciamento no Município, além de informações sobre como vem sendo realizada a compensação ambiental decorrente de

empreendimentos privados. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 28/08/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0606663** e o código CRC **1AEAE2B4**.
